

Poder sobre 3% das verbas

Quando setembro vier, uma avalanche de aproximadamente 20 mil emendas invadirá a Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. O governo, como manda a Constituição, enviará os orçamentos Fiscal e da Seguridade Social de 1992 para serem analisados, emendados e aprovados pelo Congresso. O número de integrantes da comissão cresceu de 84, no ano passado, para 120, este ano, e o espaço físico teve de ser ampliado para acomodar todos: deputados e senadores manipulam cerca de 3% do orçamento global da União, que no ano passado correspondeu a Cr\$ 1,8 trilhão, segundo estimativas do deputado César Maia (PMDB-RJ) e confirmadas por técnicos do Ministério da Economia.

O poder de emendar o orçamento, contudo, está concentrado nas mãos de um reduzido grupo de parlamentares. Um poder capaz de modificar relatório aprovado em plenário, conforme denunciou o senador Alexandre Costa (PFL-MA): "Fui relator da proposta orçamentária referente ao Ministério Público Federal. Meu relatório foi aprovado na íntegra. Na publicação, estava inteiramente diferente. Foi preciso recorrer ao presidente do Senado, senador Nélson Carneiro, que ameaçou não assinar o orçamento, se meu relatório não fosse reposto."

Alexandre Costa, em aparte a um discurso do senador Jutahy Magalhães, fez outra denúncia, publicada no *Diário Oficial do Congresso* em fevereiro deste ano: "Luto há quase 20 anos por uma verba para um sistema de água potável em Caxias, minha cidade natal. Tentei na Comissão de Orçamento e não consegui. Na publicação do Orçamento, deparei-me com uma verba de Cr\$ 2 bilhões para esse serviço. Procurei saber dos parlamentares quem colocou a emenda, e não apareceu ninguém. Prossegui a investigação, e vim a saber que foi uma empreiteira que colocou a emenda para um sistema de água potável em minha terra". O senador Costa não encontrou tempo para nominar a construtora.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) critica o funcionamento da comissão, e condena o assédio das empreiteiras: "É preciso reduzir a presença forte das empresas que defendem seus interesses no Congresso." Suplicy reclama também da falta de rotatividade nos principais cargos da comissão, especialmente a relatoria geral, onde permaneceu o deputado João Alves (PFL-BA). Ele entende que a falta de rotatividade prejudica a indicação das áreas onde são prioritários os investimentos.